

idades, estradas, usinas hidrelétricas etc. Isso teve um custo que passou de uma geração para outra.

A doença agora é outra: uma elevada taxa de juros; a mais alta do planeta. Com certeza, também não deve existir vida inteligente onde a taxa básica de juros já chegou a 49% e hoje está estacionada em 10,75% ao ano, inibindo a maioria dos investimentos produtivos na economia.

A primeira ação do novo governo que será eleito neste ano deve ser a de reduzir a taxa de juros básicos da economia brasileira para patamares compatíveis com uma economia que precisa de novos e mais investimentos, pois rapidamente está se esgotando a capacidade de produção atual da economia. Um novo ciclo produtivo deve ser criado e somente os novos investimentos trarão isso.

Em todo caso, a economia brasileira sempre surpreendeu seus analistas, pois essa dualidade de ser moderna e atrasada ao mesmo tempo não permite que se acerte sempre o seu comportamento e desempenho. Afinal de contas, a própria ciência econômica ainda é uma caixa de Pandora ●

#### Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Séries temporais*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>>. Acesso em: 17 set. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. *O Programa*. Disponível em: <[http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=124&Itemid=140](http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140)>. Acesso em: 17 set. 2010.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIANBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 141-165.

EXAME, São Paulo: Abril, ed. 976, a. 44, n. 17, 22 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 30. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 15 set. 2010.

MANO, C. Quer pagar em quantas vezes?. *Exame*, ed. 972, a. 44, n.13, p. 30-37, 28 jul. 2010.

STEFANO, F. Consumo: a força que move a economia. *Exame*, ed. 972, a. 44, n. 13, p. 20-29, 28 jul. 2010.

\* **Doutor em Economia/USP, Professor Adjunto do DECON/UFPI e jornalista.**

# A HEGEMONIA IDEOLÓGICA NO BRASIL (1930-1964)

Por Francisco Pereira de Farias\*

## 1 Introdução

O objeto deste artigo é a luta ideológica no Brasil de 1930 a 1964, fase histórica brasileira marcada por uma ausência de hegemonia política no interior do bloco no poder. Partindo da indicação de Nicos Poulantzas (1986), de que nem sempre a hegemonia política no bloco no poder coincide com a hegemonia ideológica no conjunto da formação social, buscamos responder se, paralelamente à crise de hegemonia política, haveria uma nova hegemonia ideológica.

Poulantzas (1986) define a hegemonia política como a capacidade de uma classe ou fração de classe fazer prevalecer os seus interesses no interior do bloco de classes dominantes, ou seja, o bloco no poder. Isso se traduz na capacidade

dessa classe ou fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social do Estado. A homologia estrutural, isto é, a interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do estado são os fatores que concorrem para o estabelecimento da hegemonia política no seio do bloco no poder.

Uma conjuntura especial é aquela onde se instaura uma crise de hegemonia política, ou seja, a situação na qual nenhuma fração da classe dominante é capaz de impor sistematicamente os seus interesses frente às outras frações dominantes. A crise de hegemonia política não é

uma situação de distribuição igualitária dos benefícios da política econômica, o que, de resto, é impossível, devido aos interesses serem conflitantes. Em tal contexto, a política do estado assume a característica de independência, na qual nenhum dos interesses específicos dos grupos dominantes encontra-se prioritariamente contemplado, embora tal política se efetive dentro dos limites dos interesses comuns ao conjunto da classe dominante, caso em que se pode falar em um extremo de **autonomia relativa** do Estado.

Já a hegemonia ideológica é entendida por Poulantzas (1986), seguindo a análise de Antônio Gramsci, como o papel de se apresentar os interesses particulares de classe ou fração de classe em **interesse geral** da formação social. A natureza dos capitais indica um certo comportamento político-ideológico. Dado os seus aspectos de frações improdutivas do capital, é mais difícil que os capitais bancário e comercial se apresentem como representando o interesse geral da nação. Onde tais capitais dominam, eles preferem deixar aos setores produtivos - indústria e agricultura - o papel de representar o interesse geral. As frações improdutivas do capital procuram evitar a crítica dos setores populares ao aspecto parasitário de suas atividades. Compreende-se que os bancos e o comércio preferam agir discretamente na cena política através dos *lobbies* e menos por meio da cena político-partidária (FARIAS, 2009).

## 2 Ruralismo *Versus* Industrialismo

A nossa hipótese de trabalho é que, entre a Revolução de 1930 e o golpe civil-militar de 1964, a burguesia industrial adquiriu a hegemonia ideológica sem, no entanto, conquistar ainda a hegemonia política.

De um lado, encontramos a legitimação da tese da **vocação agrícola** do País nas obras de Alberto Torres e Gilberto Freyre. Para Alberto Torres (1982), em "A organização nacional", seria um erro contestar o nosso destino agrário, diante do vasto território nacional. Ele crê em uma espécie de divisão internacional do trabalho. Ao lado da grande propriedade, que explora as produções que se exportam, fundar-se-ia a pequena cultura, para as produções de consumo. O autor tem uma atitude de desconfiança ante a indústria, insistindo na ideia de que o protecionismo cria e desenvolve indústrias impróprias ao nosso meio e estado de desenvolvimento econômico.

Para Gilberto Freyre (2001, p. 56), em "Casa-grande e senzala", "nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social". Freyre aponta a importância não apenas da família, mas também das forças agrárias-oligárquicas, que deveriam ser incorporadas ao projeto de desenvolvimento, por serem a única garantia da ordem social e da unidade nacional. O seu nacionalismo é tradicional e regionalista. Para ele, o brasileiro não é um povo exclusivamente racional; a irracionalidade é também uma marca da miscigenação.

De outro lado, deparamo-nos com a crítica de Sérgio Buarque de Holanda à nossa herança rural e a sua defesa dos valores do industrialismo. Para Holanda, em "Raízes do Brasil", a cordialidade - consequência possível do ruralismo ibérico (vida social centrada no privatismo da família) e traço específico da "cultura brasileira" - deve ser vista como negativa, em nome da realização da "essência" da vida política: o geral, o intelectual, o impessoal. A nossa revolução, a partir da abolição da escravatura, em 1888, caminha e deve se direcionar para o "aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura" (HOLANDA, 1995, p. 172).

Para Florestan Fernandes, em "A revolução burguesa no Brasil", a especificidade do capitalismo no Brasil é a ausência do caráter nacional e democrático, definindo-se como um capitalismo dependente, em razão dos vínculos aos empréstimos financeiros e à difusão tecnológica do capitalismo do centro econômico mundial. Fernandes (2006) exorta a classe dominante brasileira a realizar a **revolução nacional e democrática**, baseada na industrialização autônoma e distribuidora de renda.

A partir da Revolução de 1930, os setores dominantes da burocracia do Estado, ao promoverem um projeto de industrialização, elevaram os interesses industriais como representativos do interesse nacional. No entanto, a política nacional-desenvolvimentista chocou-se, em vários aspectos, com os interesses da própria burguesia industrial, a exemplo do que se deu com o intervencionismo econômico (siderurgia, petróleo, energia elétrica) e a legislação trabalhista (em especial o salário-mínimo). Em outros termos, a burguesia industrial contava com a hegemonia ideológica, mas não detinha a preponderância política.

### 3 As Ideologias Econômicas

Um indicador da hegemonia ideológica é o predomínio do pensamento econômico de determinado grupo social. Como observou Miriam Limoeiro (1978, p. 89), “a ideologia que empolga o aparelho estatal numa sociedade capitalista num determinado momento é expressão [...] do estabelecimento da relação de domínio das suas frações dominantes”.

No Brasil de 1930-1964 eram três as principais correntes de pensamento econômico que influenciavam as políticas do Estado: a neoliberal, a desenvolvimentista privada e a desenvolvimentista estatal-nacionalista. Enumeramos no quadro a seguir as principais características de cada uma delas.

**Quadro 1** - Principais ideologias econômicas no Brasil 1945-1964

	<b>Neoliberal</b>	<b>Desenvolvimentista privada</b>	<b>Desenvolvimentista estatal-nacionalista</b>
<b>Principais núcleos</b>	FGV, ACESP, CNC, CNE	CNI, FIESP	BNDE, Assessoria econômica de Vargas, CEPAL, ISEB
<b>Principais economistas</b>	Eugênio Gudin, Octávio de Bulhões	R. Simonsen, J. P. de A. Magalhães	Celso Furtado, Rômulo de Almeida
<b>Projeto econômico básico</b>	Vocação agrária do país	Industrialização com proteção ao capital nacional industrial	Industrialização planejada e apoiada no Estado
<b>Apoio financeiro interno a investimento</b>	Estruturação do sistema financeiro	Incentivo à reinversão dos lucros	Tributação
<b>Capital estrangeiro</b>	Favorável ao estímulo	Favorável, mas com controles	Favorável com controles e fora dos serviços públicos e mineração
<b>Empresa estatal</b>	Enfaticamente contrária	Moderadamente favorável	Enfaticamente favorável
<b>Planejamento</b>	Entre contrária e tolerante a ensaios de planejamento parcial	Favorável	Enfaticamente favorável ao planejamento geral e ao regional
<b>Protecionismo</b>	A favor de fortes reduções de tarifas	Enfaticamente favorável	Favorável
<b>Salário, lucro e distribuição de renda</b>	Argumento neoclássico da produtividade marginal	Defesa do lucro (argumento do reinvestimento)	Concentração de renda obstrui crescimento
<b>Reforma agrária</b>	Contrária	Por uma reforma limitada	Favorável

Fonte: Bielschowsky (2004, cap. 8) e Pereira (1985, cap. 1).

Observando os núcleos de apoio das correntes do pensamento econômico, podemos dizer que o capital mercantil, a burguesia industrial e setores da burocracia do Estado possuíam projetos econômicos distintos. A corrente neoliberal estava ligada à Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACESP) e à Confederação Nacional do Comércio (CNC); sustentava o velho projeto da vocação agrária do Brasil, com base nas vantagens comparativas. A corrente desenvolvimentista privada tinha apoio na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); advogava um projeto de industrialização com política protecionista. Setores

da burocracia do Estado, situados em algumas agências como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) davam base para a corrente desenvolvimentista estatal-nacionalista; o seu projeto econômico era a industrialização apoiada na empresa estatal.

Após a segunda guerra mundial, houve no País a prevalência de uma ideologia econômica amplamente consensual: salientava-se a importância de reestruturar a economia agrícola tradicional do Brasil; a industrialização era vista como a saída desta situação; atribuía-se uma importância crucial ao desenvolvimento de

“indústrias básicas”; ênfase na substituição de importações; considerações nacionalistas. “Por causa dos efeitos integradores dessa ideologia, mesmo os grupos funcionais e regionais que não eram diretamente beneficiados com as políticas de alocação e que podiam ter interesses conflitantes, aceitavam a legitimidade das decisões governamentais” (LEFF, 1977, p. 127).

As influências intelectuais do presidente Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1960), por exemplo, eram tipicamente cepalinas. O presidente, no estilo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), denunciava a deterioração dos termos de troca. Para o presidente JK, a industrialização mudaria o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho. A postura frente ao capital estrangeiro era nacionalista; JK afirmava a existência de “determinadas áreas de investimentos que, por motivos políticos e de segurança nacional, devem ser objeto de um esforço puramente nacional, conforme o dispõe a Constituição e as nossas leis” (ALMEIDA, 2006, p. 199).

Em síntese, Alberto Torres (1982) e Gilberto Freyre (2001), em suas principais obras, legitimaram a tese da vocação agrícola do País. Em contraposição, Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Florestan Fernandes (2006) criticaram a nossa herança rural e fizeram a defesa dos valores do industrialismo. A partir da década de 1930, os setores nacionalistas da burocracia do Estado, ao promoverem um projeto de industrialização planejada e apoiada no Estado, elevaram os interesses industriais como representativos do interesse nacional ●

#### Referências

- ALMEIDA, L. F. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- FARIAS, F. P. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica marxista*, São Paulo, n. 28, p. 81-98, 2009.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFF, N. H. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- LIMOEIRO, M. *Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PEREIRA, L. C. B. *Pactos políticos: do populismo à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- TORRES, A. *A organização nacional*. 4. ed. Brasília: UnB, 1982.